

Relatório preliminar está concluído

Inspeção das Obras Públicas pede investigação judiciária à gestão de Horta e Costa nos CTT

21.07.2006 - 07h46 :

Mário Lino não deixou arrefecer a cadeira de Carlos Horta e Costa na presidência dos CTT e, no dia em que este foi substituído por Luís Nazaré, no gabinete do ministro das Obras Públicas era assinado o ofício que ordenava a realização de uma inspeção a vários actos praticados pela gestão durante o mandato que terminava.

Estávamos a 31 de Maio de 2005 e, na origem desta diligência, havia uma sequência de "queixas e exposições dos trabalhadores, individual e institucionalmente representados", que apontavam "indícios de má gestão" ou de "legalidade duvidosa" em vários actos da administração de Horta e Costa, nomeada por Carlos Tavares, então ministro da Economia de Durão Barroso.

Mais de um ano depois, o relatório preliminar da Inspeção-Geral das Obras Públicas (IGOP), uma das entidades a quem foi entregue a tarefa, está concluído, encontrando-se na fase de contraditório que é dada aos responsáveis alegadamente envolvidos. A Inspeção-Geral das Finanças também foi encarregada de fazer uma auditoria, mas desconhece-se ainda qual foi o resultado.

O documento da IGOP, a que o PÚBLICO teve acesso, aponta algumas práticas com contornos que requerem investigação judicial, por configurarem alegadas práticas criminais. Carlos Horta e Costa, hoje administrador da Semapa, diz que se trata de "uma perseguição política" e remete as suas explicações para as respostas dadas à IGOP. Na altura em que foi anunciada a auditoria, Horta e Costa disse ao PÚBLICO que "os negócios feitos foram transparentes e devidamente auditados". E defendeu que apoiaria a auditoria externa, assim como gostaria que os resultados fossem divulgados publicamente.

Apelo a investigações judiciais

Ao longo de mais de 150 páginas, o documento da IGOP descreve com pormenor a forma como foram conduzidos 14 negócios ou actos de gestão dos CTT. Alguns são volumosos, outros são menos importantes: vão desde a venda de dois edifícios, em Lisboa e Coimbra às despesas com a realização de um encontro de quadros ou à decoração de gabinetes de administração. As conclusões dos inspectores são, também, muito dispares: desde a falta de fundamento das suspeitas até ao alerta para alegadas práticas criminais que reclamam a investigação por parte de entidades judiciais.

Dos cinco elementos do Conselho de Administração dos CTT, há dois especialmente visados. Além do presidente, Carlos Horta e Costa, o administrador Manuel Baptista, que tinha a seu cargo os pelouros mais importantes para a operação corrente dos CTT: operações centrais, imobiliário, frota de veículos e compras. São destas áreas os processos mais complicados e que levantam mais suspeitas aos inspectores. "Atentos os indícios apurados, os comportamentos e os actos praticados deverão ser objecto de uma averiguação levada a cabo por autoridades judiciais com competências e meios de que a IGOP não dispõe". Esta é uma frase que, com algumas variações de forma que não lhe alteram o sentido, aparece por várias vezes ao longo do documento.

Para Horta e Costa, estamos perante "uma tonteria". "Acho tudo tão patético que não vejo outra justificação que não seja a perseguição política para apagar a inoperância deste conselho de administração". Em declarações ao PÚBLICO, o ex-presidente dos CTT recusa justificar os actos de gestão concretos, remetendo para as respostas dadas à IGOP. "Foram tudo processos de decisão normais, não tenho mais comentários a fazer".

Manuel Baptista, administrador particularmente citado no relatório com intervenções directas no caso da venda do edifício em Lisboa e na entrega da gestão da frota dos CTT ao grupo BPN, afirma: "Não tenho nada a comentar porque ainda não há conclusão final do relatório".

Noutras matérias analisadas pela equipa do ministério de Mário Lino chega-se a conclusões de má sustentação formal de decisões, gastos que nuns casos terão sido sumptuários ou pouco ponderados e justificados.

Sobre o administrador Gonçalo Leónidas Rocha, que tinha o pelouro financeiro e a seu cargo o dossier do Banco Postal, o relatório da inspecção refere que "após ter terminado o mandato se encontra inscrito na Segurança Social como trabalhador da Roland Berger". Esta empresa de consultoria foi contratada pelos CTT para prestar aconselhamento no processo do Banco Postal, tendo cobrado quase 3,5 milhões de euros por esses serviços.

A actual administração dos CTT prefere não fazer comentários. Luís Nazaré, contactado pelo PÚBLICO, afirmou que não comenta auditorias feitas pelo Estado.
